



**Sindicato
Nacional
do Ensino
Superior**

Exmo. Senhor
Deputado Alexandre Quintanilha
Presidente da Comissão de Educação e Ciência

N/Refª:Dir:MGA/0153/2022

08-11-2022

V/Reg. I_COM8XV//2022/60

Assunto: Parecer/contributo sobre Iniciativas Legislativas sobre Ensino Superior Politécnico

Vem o Sindicato Nacional do Ensino Superior, Associação Sindical de Docentes e Investigadores, abreviadamente designado por SNESup, apresentar a sua posição após análise das quatro questões seguintes referentes ao Ensino Superior Politécnico:

1. De que forma as alterações legislativas propostas contribuem ou prejudicam o aprofundamento do sistema binário, a coesão territorial e/ou a ligação das instituições de ensino superior ao tecido social e económico? A preservação de um modelo binário é uma vantagem estratégica ou é irrelevante para o ensino superior no seu conjunto a médio e longo prazo? Porquê?
2. Que impactos terão as alterações propostas na consolidação de identidades académicas distintas nos dois subsistemas de ensino superior? No cenário de aprovação das alterações legislativas propostas, devem as ofertas de graus académicos e diplomas ser diferenciadas consoante o subsistema? Se tanto as instituições politécnicas como as instituições universitárias organizarem cursos conducentes à atribuição do grau de doutor, devem os doutoramentos ter as mesmas características nos dois subsistemas ou devem constituir uma oferta diferenciada? Em que sentido?
3. Quais as vantagens e desvantagens da alteração de designação dos Institutos Politécnicos? Em cenário de aprovação da alteração de nomenclatura, deve a atribuição da designação de Universidades Politécnicas ser automática para todos os Institutos Politécnicos? Deve a nova

nomenclatura ser aprovada para uso em território nacional ou exclusivamente para utilização internacional?

4. Numa reflexão sobre o futuro do ensino superior, depois de uma fase de grande expansão do sistema, em que medida a existência de Universidades e de Universidades Politécnicas implicará (num cenário a 10 anos) modificações na rede das instituições de ensino superior? As alterações propostas suscitam a alteração futura de orgânica das instituições de ensino superior, dos seus recursos humanos ou outras? As alterações propostas suscitam a adaptação ou alteração futuras de outras matérias, como diplomas conexos? Quais?

Tendo em conta estas questões, o SNESup destaca e defende os seguintes aspetos:

1. O SNESup reconhece e valoriza o contributo de todas as instituições de ensino superior politécnico na qualificação da população portuguesa, na coesão territorial e no desenvolvimento social e económico de Portugal.
2. Atualmente o Ensino Superior e Ciência apresenta problemas graves, muitos dos quais são transversais aos subsistemas Politécnico e Universitário. Apesar de reconhecer importância ao assunto de hoje e a pertinência das perguntas que a Comissão de Educação e Ciência formulou para guiar a análise das três iniciativas legislativas, **o SNESup tem de afirmar que os problemas mais graves que as IES enfrentam não são resolvidos com os presentes diplomas.** Mais, o cenário de aprovação das propostas exige uma alteração nas fundações legais que regem a organização e funcionamento do ensino superior, incluindo no RJIES.

Os efeitos da aplicação do RJIES deveriam ter sido avaliados em finais de 2012, estamos em 2022 e este imperativo legal continua pendente. Pelo facto de considerarmos que os interesses superiores de Portugal requerem a revisão urgente do RJIES, o SNESUP tentou uma ação em tribunal contra o MCTES que deu entrada em dezembro de 2020.

O SNESup também realizou um estudo sistemático, detalhado e profundo sobre os efeitos do RJIES sobre o Ensino Superior, o qual será divulgado em breve. Este estudo é um instrumento que permitirá ao Governo, AR, Organizações e Cidadãos compreender o real efeito da aplicação, durante 15 anos, do RJIES sobre o Ensino Superior e Ciência. Consequentemente, muitos estarão em condições para propor alterações.

A revisão do RJIES quer-se um processo participativo e aberto. **Portanto, O SNESup considera que não é desejável nem sustentável continuar a alterar a estrutura de**

funcionamento do Ensino Superior e Ciência através de leis a avulso com carácter pontual. Pois as alterações pontuais sacrificam o essencial ao assessorio por falta da visão de conjunto.

3. **O SNESup considera que o fundamental é garantir que existem condições e recursos adequados nos institutos politécnicos, tal como nas universidades e outras instituições de ciência, para garantir a qualidade das atividades de investigação e formação académica avançada.** A atribuição do grau de doutor em qualquer área científica exige docentes qualificados e com atividades de investigação científica relevantes e reconhecidas nessa área. Aliás, as condições necessárias para a acreditação de programas doutorais estão definidas na Lei de Graus e Diplomas, pelo que as instituições que cumpram essas condições devem poder atribuir o grau.
4. **O SNESup está preocupado com o crescimento exponencial da precariedade entre investigadores e professores de ensino superior e sublinha a necessidade de medidas globais para:** i) combater a precariedade laboral, ii) valorizar as atividades de docência e investigação o que requer a revisão dos estatutos das carreiras docente e da carreira de investigação em ambos os setores público e privado.
5. O SNESup afirma que o prestígio de uma instituição de ensino superior depende da qualidade das formações que ministra, da excelência da investigação que produz e da relevância social das suas atividades de extensão. Nenhum destes aspetos está dependente do nome, pelo que **a simples alteração do nome de Instituto Superior Politécnico para Universidade Politécnica deve ser um aspeto secundário em toda e qualquer estratégia desenhada com o objetivo de aumentar o prestígio nacional e internacional do subsetor Politécnico.**

Com os melhores cumprimentos

A Direção



Professora Doutora Mariana Gaio Alves
Presidente da Direção